

# A PROBLEMÁTICA DA DEFESA DO SERVIÇO MILITAR A LUZ DOS DISCURSOS DE OLAVO BILAC.<sup>1</sup>

TIAGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tenta problematizar a intervenção dos militares na política, tendo como perspectiva a construção do ideário nacional a partir dos discursos de Olavo Bilac. Estes discursos propõem o Serviço Militar como fator de unidade nacional, segundo o conceito polêmico de interesse nacional. Buscaremos verificar, em que medida o Exército atua como partido, mas com um discurso que contempla o país como um todo. Neste sentido, levantaremos algumas indagações sobre os possíveis desdobramentos do Serviço Militar obrigatório em sua fase de consolidação.

**Palavras-chave:** Interesse Nacional. Estado. Exército. Serviço Militar Obrigatório.

**Abstract:** This article attempts to problematize the role of military in politics, with a view to building the national ideology from the speeches of Olavo Bilac. These speeches offer the Military Service as a factor of national unity, according to the controversial concept of national interest. Looks the extent to which the Army serves as a party, but with a speech that includes the country as a whole. Accordingly, we raise some questions about the possible ramifications of compulsory military service in its phase of consolidation.

**Key words:** National Interest. State. Army. Mandatory Military Service.

## INTRODUÇÃO

O Serviço Militar Obrigatório brasileiro já foi alvo de várias críticas quanto a sua viabilidade econômica, tática e social, todavia há argumentos de várias ordens e segundo interesses diversos, que ressaltam aspectos positivos e negativos. Para dar contribuição a esta discussão, refletiremos sucintamente a partir de obras literárias e da historiografia brasileira, trazendo as perspectivas do Serviço Militar para a sociedade, tendo em vista que esta discussão é por demais polêmica e seria necessário aprofundarmos o assunto em questão. Neste sentido, contextualizaremos o período com obras de Nelson Werneck Sodré, Frank D. MacCann, José Murilo de Carvalho dentre outros autores para ilustrar e contextualizar o período de 1889 a 1918. Esta abordagem tem como finalidade problematizar as implicações políticas e sociais do serviço militar, como instrumento de consolidação de um Estado Nacional Brasileiro.

O trabalho concentrar-se-á na discussão política efetuada por OLAVO BILAC, em relação ao Serviço Militar Obrigatório. Para tatearmos o objetivo deste artigo faz-se necessário destacar alguns pressupostos, em Coutinho (1990), o qual afirma que Gramsci postula que a emergência da sociedade civil pressupõe a luta de classes pela hegemonia do poder. O autor afirma que a especificidade desta “sociedade civil” é o fato de que, através dela, ocorrem relações sociais de direção político-ideológicas, de hegemonia, as quais “completam” a dominação estatal, a coerção, assegurando também o consenso dos dominados ou assegurando tal consenso, ou hegemonia, para as

forças que querem destruir a velha dominação. (COUTINHO, 1990, p. 14)

No caso brasileiro o arcabouço institucional-jurídico tem como pressuposto a homogeneidade da nação. Em nossa primeira Constituição os brasileiros foram previstos uniformemente, tendo como escopo à preservação da soberania e a unidade nacional brasileira. A regulamentação do Serviço Militar Obrigatório<sup>1</sup> foi uma conquista dos militares, com a publicação da Lei de obrigatoriedade do Sorteio Militar em 1908, A partir da publicação da Lei e principalmente da participação de Olavo Bilac, através de seus discursos de 1914 a 1917, o Sorteio Militar começou a ser efetivo no Brasil. A referida Lei obrigava a pequena-burguesia, segundo Sodré (1968), a prestar o SMO. Entretanto, como a Lei em si não sensibilizava a elite em relação ao SMO, os discursos de Bilac foram preponderantes para incentivar a elite daquela época ao cumprimento do SM, de acordo com os interesses e a conveniência da classe dominante, não deixando de considerar os choques entre essas classes antagônicas no poder. Nesta perspectiva os militares não identificavam na população o interesse em relação à soberania nacional, devido à grande heterogeneidade populacional. Afirmavam que faltava no Brasil consciência nacional, tendo em vista a incipiente República proclamada em 1889. Através do conceito de Hegemonia em Gramsci (2000), de uma classe social sobre a outra, a luta dentro da sociedade civil pelo poder do Estado, procurava

<sup>1</sup> Usaremos a sigla SM para Serviço Militar e SMO para Serviço Militar Obrigatório

atingir um equilíbrio estável das classes, determinado pelo fato de que certas categorias intelectuais (a serviço direto do Estado, especialmente na burocracia civil e militar) eram ligadas às classes dominantes.

Neste sentido o SMO, baseado em seu viés patriótico, como fator de “homogeneização” da sociedade civil, será o objeto de nossa discussão, apontando o intuito dos militares de promover o interesse nacional, mas contemplando o interesse de uma elite dominante, congregado pelos discursos proferidos por Olavo Bilac sobre a Defesa Nacional.

Assim como Sader em sua obra “poder, política e partido”, observa como a Igreja tenta ocupar o papel do Estado (Sociedade Política) para tentar representar a totalidade da sociedade civil. Faremos uma analogia de como o discurso de Unidade Nacional e patriotismo, sugerido por Bilac, procura centralizar o discurso dos militares e da pequena-burguesia, no intuito de moldar a população, de acordo com as premissas do nacionalismo tupiniquim. Para fundamentar esta analogia, do modo como os militares atuavam para ocupar a posição de representantes legítimos do interesse nacional, segue a passagem abaixo:

Croce chama de “perpétuo conflito entre Igreja e Estado, em que a Igreja é levada a representar a sociedade civil no seu conjunto (embora seja um elemento gradativamente menos importante) e o Estado a representar cada tentativa de cristalizar permanentemente um determinado estágio de desenvolvimento, uma determinada situação. Nesse sentido, a própria Igreja se torna Estado e o conflito se manifesta entre sociedade civil leiga e laicizante e o Estado-Igreja (quando a igreja se tornou parte integrante do Estado, da sociedade monopolizada por um determinado grupo privilegiado que se agrega à igreja para sustentar melhor seu monopólio com o apoio daquela zona de “sociedade civil” representada pela Igreja). (SADER, 2005, p. 98).

Determinado seguimento de militares do Exército Brasileiro, da época, queriam se posicionar como agentes de transformação social. Estes, baseados na leitura de que o Exército era a única Instituição “verdadeiramente” nacional, tentaram influenciar os rumos da nação. Todavia, levando-se em consideração as análises das sucessivas intervenções militares, enquanto atores políticos, chegamos a diversas leituras da atuação dos militares, sendo elas complexas e discordantes entre si.

Para delimitarmos nossa discussão, nos pautaremos na interpretação da intervenção militar, a partir das leituras realizadas por Sodré (1968). Nossa pesquisa parte da interpretação instrumental

em relação aos militares brasileiros, conforme define Peixoto (1980), concentrando-se na leitura à esquerda desta perspectiva teórica. Não nos furtamos de considerar outras perspectivas de abordagem como a institucional-organizacional, em Campos Coelho (1976) dentre outros autores, os quais possuem sua interpretação, enfatizando a instituição militar como autônoma face à sociedade global. Essa abordagem em Campos Coelho (1976), em última análise, torna-se auto-explicável, pois salienta traços do perfil da atividade militar, como hierarquia, centralização, etc... e desconsidera a influência civil dentro do processo histórico dos militares.

Segundo nosso referencial, o objetivo deste grupo de militares em relação à sociedade era de proporcionar civismo e patriotismo, seguindo aceção em Oliveira Vianna (1956), dentre outros autores de mesmo referencial interpretativo, os quais partem do princípio de que a sociedade se encontrava em situação amorfa. Em complemento Carvalho (1996), afirma que a doutrina positivista foi uma ferramenta para apaziguar as massas nos rumos traçados pela classe dominante.

No caso da ação positivista (e quase todas as lideranças republicanas que se preocupavam com o proletariado, o faziam em função da influência comitana), as conseqüências para a nova cidadania foram ainda mais sérias. A noção positivista de cidadania não incluía os direitos políticos, assim como não aceitava os partidos e a própria democracia representativa. (CARVALHO, 1996, p. 54)

Sodré (1968) afirma que neste período abordado a pequena-burguesia<sup>2</sup> era desvinculada dos problemas de Soberania e das questões de Diplomacia enfrentada pelos agentes públicos do estado. Enfatiza que a percepção da classe dominante era apenas voltada aos seus interesses corporativos. O interesse nacional era defendido apenas por alguns agentes públicos e intelectuais que pensavam sobre o Brasil e a questão nacional, evidenciando nesta perspectiva a promoção dos interesses militares e de alguns elementos da sociedade civil.

Entre 1914 e 1918 aconteceu a I Guerra mundial, e em 1915, surgiu um movimento

<sup>2</sup> Uso o conceito de pequena burguesia, composta por profissionais liberais e nas pessoas que tinham alguma posse no período de objeto de estudo. Refiro-me à elite urbana, a partir da interpretação de Nelson Werneck Sodré. Usamos este conceito para melhor elucidar a população urbana que tinham formação educacional e posses para influenciar a política naquele momento histórico. Bilac tinha a preocupação em convencer esta fração da sociedade, através de seus discursos.

capitaneado pelo poeta Olavo Bilac, intitulado “A Defesa Nacional”. O mundo assistiu o embate das duas maiores potências militares em questão: Alemanha e França. As nações pobres não possuíam exército capaz de defender seu território e muito menos uma população consciente em relação as questões nacionais. O Brasil, fazendo parte deste grupo, não possuía um Exército que representasse as dimensões dele. O Florentino Nicolau Maquiavel, historiador e filósofo político, advertiu no século XVI, sobre a necessidade de que uma nação soberana deveria possuir um Serviço Militar geral e compulsório. Para este autor o que mantém um Estado forte, sendo Novo ou velho, é um exército bom e leis boas, conforme citação abaixo.

Afirmo, então, que os exércitos com os quais um príncipe defende seu Estado lhe são próprios ou são mercenários, ou auxiliares ou mistos. Os mercenários e auxiliares são inúteis e perigosos e aquele que mantém seu Estado com base em exércitos mercenários jamais gozará de firmeza e segurança, pois eles são desunidos, ambiciosos, indisciplinados e desleais. Mostram fortaleza entre os amigos, vileza entre os inimigos [...] A razão de tudo isto é que nenhum sentimento e motivação os conduz ao campo de batalha, lá estando só por dinheiro, o que não basta para que queiram morrer por ti! Desejam ser teus soldados enquanto não há guerra, mas uma vez eclodida a guerra, preferem fugir ou ir embora. (MAQUIAVEL, 1998, p.101-102)

Não vamos nos deter em descrever ou mesmo interpretar o contexto político que Maquiavel escrevera, mas queremos ressaltar o papel de centralização proposto por Bilac articulado pelos militares. Maquiavel discorre sobre a constituição dos Exércitos e a necessidade deles terem afinidades com o Monarca. Bilac e outros intelectuais de sua época temiam a fragmentação do país. O Exército tinha como objetivo construir uma instituição moderna em relação à doutrina, aos armamentos e a busca pela influência política. Segundo Bilac (1965, p. 140) o serviço Militar, particularmente no Exército, é importante fator de coesão da sociedade com Forças Armadas. Maquiavel (1998, p. 102) coloca o perigo que proporciona ao soberano uma instituição militar desvinculada da nação e com poderes de administrar a violência. Bilac (1965) demonstra que é plenamente contra o militarismo e a favor do Binômio Exército e sociedade.

[...] e que este consorcio (civis e militares) seja proclamado em palavras e atos [...] de modo que, como excelentemente acaba de dizer o vosso interprete, confraternizem todas as classes, desapareça pra sempre o espantinho do militarismo, seja a nação o Exército e o Exército seja a nação” (BILAC, 1965, p. 37)

O início da discussão do SMO deriva do resultado do processo de desenvolvimento da questão abolicionista e da transferência do Regime Monarca para o Regime Republicano. Dentre as duas últimas questões levantadas acima, o Abolicionismo e a Republicana serão o referencial Histórico de toda a nossa discussão.

A questão abolicionista e a questão da mudança do regime se desenvolveram, entre nós, com profundos vínculos, que as denunciam como sintomas do mesmo processo. E em ambas, a participação dos militares, e os do Exército em particular, foi fundamental. (SODRÉ, 1968, p. 153).

É interessante notar, que a história oficial, não ultrapassando o nível da crônica, do simples linear relato dos acontecimentos, não teve grandes preocupações em esconder a participação popular no movimento pela abolição, mas teve essa preocupação em relação ao movimento pela República. A tese de que a mudança de regime foi acidente, segundo Sodré (1968) está ligado apenas por circunstâncias ocasionais, e limitado aos acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889, no Rio de Janeiro, tendo “o povo assistido a tudo bestializado”, tem sido aceita, e vive da mera repetição.

[...] como a idéia republicana esteve presente em todos os movimentos de que a colônia foi cenário, e o país depois: na conjuração Mineira, na Conjuração Baiana...etc [...] não é preciso que se tenha alguém compreensão profunda do processo histórico para verificar que essa reiteração não podia derivar de fatores circunstanciais...as idéias republicanas [...] correspondiam aos anseios políticos das classes e camadas sociais que, no Brasil, desde os fins do século XVIII, encaravam a necessidade de conjugar a autonomia [...] (SODRÉ, 1968, p. 153-54).

Não ficariam alheios mesmo, muito ao contrário, dela participaram intensamente, e a Questão Militar foi, sob aspectos fundamentais, uma das faces da luta profunda que se travava em todo o país no sentido da liberdade do escravo.

É fácil compreender, por tudo aquilo que se conhece sobre o recrutamento, que um problema que afetava a sorte do negro encontrasse repercussão entre os militares, uma vez que o negro, liberto ou escravo, havia constituído o grosso das forças militares e daquelas que tinham combatido no exterior. De outro lado, sendo a oficialidade recrutada particularmente na classe média, que vinha em ascensão, é ainda fácil compreender como os anseios libertários encontraram nela enorme receptividade. (SODRÉ, 1968, p. 146).

A formação dos oficiais em sua maioria tem origem na pequena-burguesia, segundo Sodré. Deles favoreceram para a sensibilização em relação à situação dos negros no Brasil. Esta sensibilidade em relação a escravidão tem origem na Guerra do Paraguai.

Irritado com a intervenção dos militares na vida política do país em moldes que, no seu entender, feriam a disciplina castrense, Tobias Monteiro, em 1913, que esses mal nascera da presença das Forças Armadas na região do Prata, durante a Guerra do Paraguai. (NETO E LEMOS, 1999, p. 178-179)

A questão militar, a qual desencadeou na proclamação da república evoluiu através da participação progressista dos militares na sociedade. O positivismo neste período permeia em um Brasil extremamente atrasado. O Exército Brasileiro, particularmente, no século XIX com a intenção de formar o “soldado-cidadão”, o bacharel-fardado de “suculenta educação científica” influencia sobremaneira os rumos do país (Santos, 2007, p. 322).

Esta concepção de cidadania militar permeou o pensamento dos militares, despertando a vontade de participação política. Esta concepção fazia frente ao descrédito deles em relação à sociedade, advindo da campanha civilista propagada por Rui Barbosa, durante a campanha de Hermes da Fonseca para Presidente no período 1909-1910. Não podemos perder de vista que toda essa discussão na transição do Brasil império para o Brasil República tivera origem entre os militares, através da figura peculiar de Benjamim Constant. Ele fora o idealizador do conceito de soldado-cidadão. Este conceito possui em seu cerne, a participação dos militares em assuntos políticos, ou melhor, de interesse nacional.

A participação política dos militares surgiu com a guerra do Paraguai. Esta participação foi iniciada por causa da indignação de alguns militares, em relação à administração da guerra. O descaso por parte do imperador, em relação aos militares que estavam na guerra foi observado e criticado por Benjamim Constant. O sentimento de repúdio à atitude do Imperador culminou no nascimento do conceito de Soldado-cidadão. A participação dos “voluntários da Pátria” havia marcado sobremaneira a consciência dos militares em relação a sua posição no país, principalmente em Constant. Os militares passaram a pleitear seu papel diante da política. Constant observava a força dos militares na guerra, lutando juntamente com os escravos, incentivados pelo mesmo ideal.

O conceito de soldado-cidadão fora forjado por Benjamim Constant, através do contato dos militares com outros países durante a guerra. Este conceito chocou-se com a falta de apoio do Imperador, em relação às necessidades dos militares na guerra, ou seja, o povo na guerra estava sozinho. A crítica de Constant exerceu um papel igualitário e de camaradagem nos militares que compunham o Exército naquele período, segundo Lemos e Neto (1999) o qual destaca na biografia sobre Benjamim Constant o desejo de consolidação da nacionalidade brasileira.

A participação de Benjamim Constant na Campanha do Paraguai foi curta, mas decisiva para a sua formação emocional, intelectual e política, para a sua visão de mundo, enfim. Como militar, foi de significação relativamente modesta. Mas, no plano essencialmente individual teve importantes conseqüências, algumas das quais se tornariam elementos do processo histórico coletivo. No plano filosófico, a guerra concorreu para o aprofundamento da sua identificação. (NETO E LEMOS, 1999, p. 183).

Para Constant os desacordos com a prática administrativa e a condução da guerra caracterizada por um misto de clientelismo e incompetência, contribuindo para que Constant, segundo Lemos e Neto (1999) elaborasse uma visão gravemente crítica das elites políticas brasileiras, bem como do governo imperial e de seus chefes militares. A experiência com outras nações e outros povos durante a guerra contribuiu para que Constant formasse uma imagem positiva das camadas populares que pesaria em seus projetos políticos futuros.

Contudo para Lemos e Neto (1999), a formação de Constant após a campanha, o aproximaria dos “bacharéis adeptos do pacifismo positivista”, os quais davam pouca importância à ação guerreira e viam a Guerra do Paraguai como um desastre. Entretanto, o autor destaca que Constant nunca deixaria de considerar a guerra com o Paraguai como uma referência positiva nas análises que faria do papel das Forças Armadas na história política do país. A experiência da guerra teve um efeito poderoso sobre a trajetória pessoal de Constant, inclusive em termos de inserção política. Junto com os integrantes de seu círculo pessoal, que vivenciaram tal experiência, eles acabaram se tornando patrimônio ideológico da geração que executou a liquidação do regime monárquico.

Seria necessário transformar o que fora descrito acima em outro tema de estudo, pois causou desdobramentos posteriores na História

brasileira, de acordo com a doutrina do Soldado-Cidadão, criada por Constant, discutida por Moraes (2005).

Para nós, a doutrina positivista do “soldado-cidadão” apresenta um duplo interesse histórico de um lado, político-prospectivo de outro. Do ponto de vista histórico, configura, ao lado da matriz “jacobina” (com a qual não se confunde, embora ambas tenham convergido para formar a primeira versão de nossa esquerda militar), uma matriz cientificista-humanista cujo principal interesse consiste em estar voltado para a formação ético-intelectual do profissional da guerra. (MORAES, 2005, p.128).

Os desdobramentos desta exposição mudariam o foco do objetivo de nossa reflexão, pois a formação de oficiais demanda uma abordagem específica. Transformar as academias militares, além de escolas de profissionais da guerra, instituições que formem para o serviço público, cidadãos, identificados com os valores democráticos são tarefas tão difícil quanto necessárias. A concepção nacionalista surgiu da teoria positivista, a qual privilegiava a concepção de cidadania militar através da reforma do ensino militar.

“[...] Constant [...] exprimiui a peculiar síntese entre a doutrina positivista e a reivindicação de cidadania, isto é, de participação política plena por parte dos oficiais, que constituiu a tão criticada concepção dita do soldado-cidadão” (MORAES, 2005, p.127).

Esse ideário se exacerbou com o convite do Imperador Alemão Guilherme II, em 1910, com o apoio do Barão de Rio Branco, e do então Ministro da Guerra e posterior presidente da República Hermes da Fonseca para enviar turmas de oficiais brasileiros à Alemanha com o objetivo de modernizar as Forças Armadas Nacionais, em função do atraso do Exército e a preocupação de nossa diplomacia com a soberania do nacional.

Esses militares seriam identificados pelos seus adversários de “Jovens Turcos”, em referência aos oficiais de Mustafa Kemal de forte influência positivista, que também estagiaram na Alemanha. É interessante como o ensino técnico e científico tinha uma grande resistência entre os Oficiais de gerações anteriores. Fazendo um adendo podemos notar nesta afirmação, parafraseando Carvalho (1978, p. 196) que nas altas patentes persistia o antagonismo entre o grupo dos “tarimbeiros” e “bacharéis” que aludia à diferença entre a formação e a origem desses oficiais. Lima Barreto (1990) em Triste fim de policarpo Quaresma, denuncia a os conflitos de geração entre militares de maneira sofisticada. Em determinado diálogo do General

Albernaz, personagem da obra, o qual defendeu que o excesso de leitura enlouquece o homem.

[...] - Pra que ele lia tanto? indagou Caldas.

-- Telha de menos, disse Florêncio.

Genécio atalhou com autoridade:

-- Ele não era formado, para que meter-se em livros?

-- É verdade, fez Florêncio.

-- Isto de livros é bom para os sábios, para os doutores, observou Sigismundo.

-- Devia até ser proibido, disse Genécio, a quem não possuísse um título "acadêmico" ter livros. Evitavam-se assim essas desgraças. Não acham?

-- Decerto, disse Albernaz.[...] (LIMA BARRETO, 1990, p.22)

Possivelmente, podemos inferir que Lima Barreto (1990) fazia alusão à resistência ao ensino e ao choque de Oficiais promovidos por atos de bravura na Guerra do Paraguai, e Oficiais recém formados pela Academia. Em sua obra ele transforma os oficiais mais antigos em figura cômica. Principalmente aqueles que faziam parte da burocracia do Estado. Lima Barreto (1990) satirizou estas figuras nesta obra.

[...] O general nada tinha de marcial, nem mesmo o uniforme que talvez não possuísse. Durante toda a sua carreira militar, não viu uma única batalha, não tivera um comando, nada fizera que tivesse relação com a sua profissão e o seu curso de artilheiro.... Os seus hábitos eram de um bom chefe de seção e a sua inteligência não era muito diferente dos seus hábitos. Nada entendia de guerras, de estratégia, de tática ou de história militar; a sua sabedoria a tal respeito estava reduzida às batalhas do Paraguai, para ele a maior e a mais extraordinária guerra de todos os tempos. (LIMA BARRETO, 1990, p.9)

Os militares que retornaram da missão à Alemanha fundaram a revista "A Defesa Nacional" em 10 de outubro de 1913<sup>3</sup>, consagrando a reforma do Exército Brasileiro, na qual traduziam obras de militares alemães e difundiam seu sistema de treinamento, práticas e costumes, e escreviam textos enaltecendo o Exército e a indústria bélica germânica. Essa reforma tinha em vista a modernização do Exército, e respondia ao processo de conscientização política incitada por Benjamin Constant, indivíduo claramente influenciado pelo Positivismo. Entre seus membros contava com Bertoldo Klinger, Euclides Figueiredo, Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Amaro de Azambuja Vilanova e Francisco Jorge Pinheiro.

<sup>3</sup> Revista lançada pelo Editorial de A Defesa Nacional, pesquisada na Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, em 03 de setembro de 2008.

Nesta revista, os editores refletiam sobre a Instituição (Leia-se: Exército Brasileiro) e o país. Os militares que dialogavam com as publicações da Revista postulavam a Defesa Nacional, segundo um possível teatro e operações. Era a concepção de uma estratégia baseada na possibilidade real de conflito em que o Brasil pudesse ser envolvido. Analisavam a geografia e a configuração das fronteiras e dissertavam sobre a situação vulnerável dos Estados mais afastados, como é o caso de Mato-Grosso. Defendiam a necessidade da presença de cidadãos para defenderem a soberania do território. Os idealizadores da Revista propunham, também, a criação de uma estrutura básica para acomodar uma instituição de defesa nos locais longínquos da nação.

Nossa preocupação, pois, não deve ser diminuir o total de despesas militares, e sim aplicá-las de modo a obter os melhores para o fim a que elas são destinadas – a defesa nacional. Para isso é preciso remodelar as nossas instituições militares; e a base dessa remodelação é a execução do serviço militar obrigatório (A DEFESA NACIONAL, 1914, Edição nº 4, p. 107).

Em todas as edições do ano de 1914 e 1915, foram verificados artigos escritos por editores e militares colaboradores da referida Revista propondo o cumprimento da Lei do Sorteio Militar. Era peculiar a aflição dos militares em relação à vulnerabilidade geográfica e social do Brasil. Nos textos escritos pelos militares era evidente a indignação em relação a existência da Lei do Sorteio Militar e o descaso em seu cumprimento.

[...] já temos perdido muito tempo e urge enfrentar o problema com intenção firme de resolve-lo; faça-se mesmo concessões, diminuindo o tempo de serviço nas armas em que isso é possível, e facilitando a antecipação da baixa aos contingentes que se mostrarem instruídos; ensaie-se os serviços nas armas em que isso é possível, e facilitando a antecipação da baixa [...] o serviço de um ano para os conscritos na Infantaria, e de dezoito meses na Cavalaria[...] (A DEFESA NACIONAL, 1914, Edição nº 4, p. 107).

Inclusive na citação acima podemos verificar as discussões sobre as possíveis mudanças de metodologia no ensino militar para facilitar a disseminação do conhecimento. Temos aqui a impressão de que a preocupação destes militares era apenas de formar Soldados não Cidadãos. Este discurso beligerante ficou evidente nas edições da Revista do ano de 1914. Os militares articulavam nesta Revista todos os pormenores da implementação do SMO no período de 1914 a 1918. Não aconteceu do dia para a noite. Tudo era pensado nos mínimos detalhes para que não saísse da “ordem para que houvesse o progresso”. As unidades menores, como o caso dos Tiros de

Guerra eram vistos como unidades sensíveis que deveriam ter um controle muito rígido, tendo em vista sua autonomia.

[...] tempo de instrução da reserva de recrutamento como determina o Cap 3º da Lei 1860 (um ano de serviço prestados), e isso seria possível nas sociedades de tiro [...] mas que (eles) ficariam sujeitos a uma fiscalização severa. (A DEFESA NACIONAL, 1914, Edição nº 4, p. 107 e 108).

A execução da Lei<sup>4</sup> tornaria obrigatória, como preceitua o art 98, a instrução do Tiro de Guerra e evoluções militares até a escola de companhia aos alunos maiores de 16 anos que cursam as escolas superiores e estabelecimentos de ensino secundário mantido pela União, pelos Estados e pelos municípios, inclusive o distrito Federal. (Revista A DEFESA NACIONAL, 1914, Edição nº 4 p. 108). Eles queriam incutir a necessidade da Defesa nacional em toda a população. Bilac, em seus discursos, procurava congregar os anseios dos militares, costurando um elo entre os militares e os civis. Somente com Bilac as camadas mais pobres da sociedade e os estrangeiros seriam incorporados. O grande articulador militar que defendia o Serviço Militar Obrigatório era o General Faria, um dos editores da Revista.

Havia grande preocupação da oficialidade em definir o Exército, sua missão e sua relação com a sociedade e o sistema político. Eles queriam desempenhar o papel de transformadores da nação. A visão resultante da formação dos líderes militares era calcada na doutrina positivista e alemã, traçando sua direção e energia. Eles iniciaram o processo no qual, alguns oficiais, romperam com soluções revolucionárias ou golpistas em nossa historiografia.

A primeira guerra Mundial, segundo McCann (2007), serviu de alerta das fraquezas do país para a camada dirigente. Contudo, não foi de imediato o consenso sobre a linha de ação adequada. Exacerbaram-se as emoções contra e a favor dos lados beligerantes. Até o antimilitarista Rui Barbosa afirmou que o país não podia eximir-se diante da violação do direito internacional. E nesta linha de interpretação os militares e os dirigentes do país não se esqueceram do grande inimigo interno: o povo. Para estes militares somente quando a sociedade atingisse um nível elevado de civilização poderia livrar-se da tutela militar, e só então as Forças Armadas poderiam “se limitar a sua verdadeira função”.

Embora não quisessem introduzir injustificadamente elementos militares nos negócios internos do país, o

<sup>4</sup> Lei 1860, de 4 de janeiro de 1908.

Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante na sociedade em mudança [...].(MCCANN, 2007, p.216)

Esta passagem demonstra o viés intervencionista que se desenvolvia no discurso ideológico de um grupo que gerou grande influência nas gerações futuras dos oficiais. O Exército era o primeiro fator de transformação político-social. Ele se colocava como portador da responsabilidade educativa e organizadora a exercer na massa geral de cidadãos.

Pacifistas, sempre queremos e pregaremos a paz; mas, sentindo e medindo os perigos externos e internos, que nos rodeiam, procuraremos dar força armada à nação, dando segurança à sua paz e à sua felicidade [...] (BILAC, 1965, p.70)

Essas afirmações norteavam toda a discussão em relação ao Brasil para os integrantes deste grupo, veiculada por Bilac aos estudantes mineiros, em 24 de agosto de 1916. É interessante a menção do perigo “interno”. O objetivo dos militares era transmitir as virtudes de um bom exército: disciplina hierárquica e social, o abandono do interesse individual em favor do coletivo e o senso do dever e sacrifício pela pátria. Cabe notar essa mesma idéia no discurso proferido por Bilac nesta mesma data acima citada.

O Brasil é pobre, é fraco? Sede ricos de abnegação, e ele será opulento. Sede fortes de civismo, e ele reventará em energias. Sede alegres, e ele virará no largo riso dos que, tendo a consciência da sua força, tem paz e a justiça! (BILAC, 1965, p.72)

No início de sua criação, a forma de prestação do Serviço Militar Obrigatório era através dos Tiros de Guerra, sendo a primeira a ser viabilizada.

Ambicionamos que todos os brasileiros passem pelo quartel, revezando-se; que cada um dê ao menos um ano da sua vida ao serviço da vida da Pátria. (BILAC, 1965, p.138)

No contexto de sua criação, o SMO fora idealizado por Bilac (1965) da seguinte forma.

Agora nosso exército será, não uma escola de violência, ofensiva, mas uma escola de consciência defensiva, de paz ativa e de civismo. (BILAC, 1965, p.108)

Contudo, analisando o exposto acima, indagamos como se estas premissas são alcançadas?

Qual era as condições dos instrutores em promoverem esta gama de instruções tão complexas, articulando ensinamento militar e noções de cidadania. Alberto Torres era contrário aos discursos de Bilac e a forma como era realizada esta proposta de SMO

Torres (1982) argumentava ser nocivo ao país o arranjo de soldado-cidadão, porque fortaleceria politicamente o Exército. (McCann, 2007, p. 221-223) Os discursos de Bilac e dos “Jovens Turcos” eram similares, sendo que o poeta foi o disseminador do conceito SMO. Bilac era carismático em seus discursos, servindo como elo de ligação entre os militares e as classes sociais. A I Guerra Mundial servira de mote, mas o Contestado e o resultado de Canudos eram preocupações presentes nos militares da época. O fundamental entre os militares e os intelectuais que apoiavam o SMO da época, exceto Lima Barreto e Alberto Torres eram apaziguar as massas para manter a Unidade Nacional. A autonomia dos Estados dispersava a Nação e o Serviço Militar era uma forma eficiente de evitar o separatismo e disseminar a centralização do poder na mão do Presidente. A Liga de Defesa Nacional<sup>5</sup> foi criada por Bilac, com a intenção de manter os líderes da sociedade unidos em um mesmo ideal, para amalgamar o efeito dos discursos em defesa do SMO. Pode-se arriscar a dizer que a Liga se tornara quase um partido. E a eminência dos participantes desta entidade revela seu caráter peculiar.

Agora, um reparo. Para que haja Pátria, disse eu, é necessário que haja unidade e coesão. Dentro desta necessidade, é claro, podem entrar todos os credos políticos e religiosos. Só não pode entrar aqui a absoluta e absurda ausência de todo o credo [...] Quando falamos do Brasil, falamos do Brasil superior a todos os partidos: do Brasil só e puro, essencial e íntegro, abstrato e concreto, sagrado e indiviso; o Brasil acima, além, fora das opiniões individuais ou de facções. Pessoalmente sou republicano, fundamentalmente republicano. Mas respeito às opiniões de todos os sinceros. Podem os meus irmãos ser monarquistas, republicanos, conservadores, liberais, radicais, unitários, federalistas, parlamentaristas, católicos, protestantes, positivistas, livres-pensadores, contanto que não quebrem, com a anarquia e a violência, a unidade da família e a indispensável existência da Pátria. (BILAC, 1965, p.140)

<sup>5</sup> Na Obra os partidos Militares no Brasil, o autor propõe que as Forças Armadas seriam um Partido. Contudo propomos que A Liga de Defesa Nacional poderia ser considerada um partido com participação de civis, contudo seria necessário um estudo particular para inferirmos sobre esta possibilidade.

Na citação acima, Bilac (1965) discursa sobre a Defesa Nacional, oportunidade em que foi constituída a Liga de Defesa Nacional para vários Estados. Ao mesmo tempo, que ele defende a democracia, Bilac (1965) é contra a contestação da ordem estabelecida. Ele norteava a unidade nacional e o interesse nacional. Esta foi a última conferência realizada por Bilac (1965). O poeta faleceu no dia 18 de dezembro de 1918. Torres seu grande crítico falecera em 1917.

No entanto o SMO evoluiu contemplando as visões de Torres e Bilac. O SMO foi implementado, de acordo com o interesse dos agentes burocratas civis e militares. Interessante notar, que apenas Bilac foi aclamado pelos militares pela defesa da Pátria. Inclusive, vale salientar que os discursos de Bilac foram republicados pela Biblioteca do Exército em 16 de dezembro de 1965. Em 1965 foi organizado pelo Exército comemorações alusivas ao centenário de nascimento de Bilac. Porém, cabe ressaltar que Torres também nasceu em 1865, mas não foi lembrado. E não podemos nos furtar de citar Lima Barreto, que foi funcionário do Ministério da Guerra e escritor com publicações muito importantes para refletirmos sobre a sociedade de sua época. Mas por sua condição de negro e pobre, não teve acesso ao debate da elite intelectual de sua época.

No que tange à Liga de Defesa Nacional cabe ressaltar que a mesma foi atuante em períodos importantes da história brasileira, mas não sabemos ao certo, como se desenvolve esta entidade no cenário político nacional. Cunha (2008) afirma que durante a II Guerra Mundial a Liga de Defesa Nacional atuou politicamente, através de um manifesto escrito no campo de batalha e enviado ao Presidente da Liga de Defesa Nacional, sobre a necessidade de se instaurar a democracia no Brasil. Vale dizer, que naquele contexto, o presidente da Liga era o Presidente do Brasil, Getúlio Vargas. Tema interessante a ser abordado seria a participação desta instituição fundada por Bilac, nos assuntos sensíveis as questões de interesse nacional e soberania.

Concluimos que as questões que Bilac incitava os estudantes, professores, líderes locais sobre a problemática da defesa nacional eram importantes para suscitar na pequena burguesia local a consciência de nação. Contudo, ressaltamos que a necessidade da reflexão, acerca dos rumos que foram tomados após aquelas conferências precisam ser estudadas. O que foi A Liga? Qual a contribuição do Serviço Militar para a sociedade após mais de 100 anos da publicação da Lei do Sorteio Militar? São algumas indagações que

fazemos, consoante Oliveira (1981, p 12), o qual perguntou o que é interesse nacional, em uma sociedade baseada em classe?

## REFERÊNCIAS

BILAC, Olavo. *Últimas Conferências e Discursos*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1924. 140 p.

\_\_\_\_\_. *A Defesa Nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1965. 144 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. *História do Serviço Militar*. Disponível em:

<<http://www.defesa.gov.br/smo/História>>. Acesso em: 15 fev.2008.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 57.654*, de 20 de janeiro de 1966. Regulamenta a lei do serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965. Disponível em: <<http://www.dgp.eb.mil.br/normas/r199.htm>>. Acesso em: 25 abr.2008.

BRANDÃO, Antonio Adelino M. Da Silva. *Olavo Bilac e o serviço militar: O homem, o artista, o patriota*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1969. 66p.

CUNHA, Paulo Ribeiro R. CABRAL Fátima (org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 357 p.

\_\_\_\_\_. *História Militar do Brasil*. In: Silva, Marcos (Org.). *Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2008. p. 189-194.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 460 p.

\_\_\_\_\_. *As Forças armadas na primeira república: O poder destabilizador*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III- O Brasil Republicano, 2º Volume - sociedade e Instituições*. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1978. 380 p.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987. 196 p.

\_\_\_\_\_. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 221 p.

CASTRO, Celso. *O espírito militar. Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

COELHO, Edmundo Campos. *A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico*. In: Revista BIB, n. 19, pp. 5-19, 1.º sem. 1985.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.

GURGEL, José de Alfredo Amaral. *Contribuição ao estudo da doutrina de Segurança Nacional na Problemática brasileira: estudo de Ciência Política*. Tese de Doutorado – FFCL – Araraquara - SP, UNESP, 1973.

FONSECA JÚNIOR, Hermes da. *A Escola Superior de Guerra na Política Brasileira: Um Estudo sobre o pensamento militar diante da questão agrária (1949-1964)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro - RJ, UFRJ. 1998.

LEITÃO, Luiz Ricardo. *Lima Barreto: o rebelde imprescindível*/ Luiz Ricardo Leitão. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 112 p.

LEMOS E NETO, Renato Luís do Couto. *Benjamin Constant: Vida e Obra*. Rio de Janeiro: Editora TOPBOOKS, 1999. 572 p.

GONZALES, Selma Lúcia de Moura. *A territorialidade militar terrestre no Brasil: Os Tiros de Guerra e a estratégia de Defesa*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2008.

LÊNIN, Vladimir. *O que fazer? Obras escolhidas*. Volume 1. Rio de Janeiro: Ed Alfa-ômega, 1985.

LIMA BARRETO, Afonso Henrique. *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Ed Cultura Brasileira, 2003. 80 p.

\_\_\_\_\_. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Editora Moderna, 1984. 112 p.

LUDWING, Carlos Antonio. *Democracia e Ensino Militar*. São Paulo, 1982.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos - Filosóficos*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004. 174 p.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1998. 216 p.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 705 p.

MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005. 238 p.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*. 4ª Edição. Ed Vozes Ltda. CEBRAP, 1981.

OLIVEIRA, Tiago S. CUNHA, Paulo Ribeiro da . *A formação se um “Cidadão” apto para a convivência em sociedade*. In: 3º Encontro de Segurança Pública e Cidadania - Violência e Políticas Públicas de Segurança: pesquisa e ação, 2007, Marília - SP. Anais do 3º Encontro de Segurança Pública e Cidadania - Violência e Políticas Públicas de Segurança: pesquisa e ação. Marília - SP, 2007. v. 1

\_\_\_\_\_. *A defesa do serviço militar, a luz dos discursos de Olavo Bilac*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Câmpus Marília, 2008.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed José Olympio, 1956.

\_\_\_\_\_. *Populações meridionais do Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1973 .

PEIXOTO, Antonio Carlos. *Exército e Política no Brasil: Uma crítica dos modelos de interpretação*. In: Rouquié, Alain (Org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed Record, 1980. p. 27-42.

SADER, Emir. *Gramsci: poder, política e partido* 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005. 144 p.

SANTOS, Miriam de Oliveira. *Um Olhar sobre as Instituições escolares militares brasileiras do fim do século XIX ao início do século XX*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP, v88, n 219 p.310-330. maio/ago2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

\_\_\_\_\_. *História militar do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 439 p.

Revista. “*A Defesa Nacional*”. Edição nº 4, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1914.

\_\_\_\_\_. “*A Defesa Nacional*”. Edição nº 7, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1914.

\_\_\_\_\_. “*A Defesa Nacional*”. Edição nº 9, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1914.

\_\_\_\_\_. “*A Defesa Nacional*”. Edição nº 10, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1914.

\_\_\_\_\_. “*A Defesa Nacional*”. Edição nº 12, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1914.

\_\_\_\_\_. “*A Defesa Nacional*”. Edição nº 13, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1914.

\_\_\_\_\_. “*A Defesa Nacional*”. Edição nº 14, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1914.

\_\_\_\_\_. “*A Defesa Nacional*”. Edição nº 15, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1914.

\_\_\_\_\_. “*A Defesa Nacional*”. Edição nº 16, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1915.

\_\_\_\_\_. “*A Defesa Nacional*”. Edição nº 17, Rio de Janeiro, de 10 de fevereiro de 1915.

\_\_\_\_\_. “*A Defesa Nacional*”. Edição nº 18, Rio de Janeiro, de 10 de março de 1915.

\_\_\_\_\_. “*A Defesa Nacional*”. Edição nº 19, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1915.

TREVISAN, Leonardo. *O que todo cidadão deve saber sobre o pensamento militar brasileiro*. (Coleção Cadernos de educação política, 6) São Paulo: Global, 1985.

TORRES, Alberto. *Organização nacional*. 1914. Reimpressão, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. 332 p.

\_\_\_\_\_. *O problema nacional*. 1914. Reimpressão, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. 320 p.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *As Forças Armadas como força política*. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 20, pp. 39-47, jan. 1966.

WINSTON, Cel Robert D. *O papel do Serviço Militar Obrigatório nas Democracias das Américas*. Disponível em  
<<http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2002/3tri02/winston.htm>> Acesso em: 06 Mar 2008.

WEBER, Max. “*Burocracia*”. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 230 p.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cúltrix, 1984. 260 p.

---

1 Esta análise é uma síntese do TCC “A defesa do serviço militar a luz dos discursos de Olavo Bilac”, apresentado em 2008, como requisito para aprovação no Bacharelado em Ciência Política. Orientador: Paulo R. Rodrigues da Cunha, e-mail: [prcunha@uol.com.br](mailto:prcunha@uol.com.br). Faculdade de Filosofia e Ciências, CEP: 17525-900 – Marília, São Paulo\Brasil- UNESP- Universidade Estadual Paulista.

iAluno do Curso de Pós - graduação em Ciências Sociais e desenvolve trabalhos na área de Militares e Esquerda Militar no Brasil, e-mail: [tiago\\_deoliveira@ig.com.br](mailto:tiago_deoliveira@ig.com.br). Faculdade de Filosofia e Ciências, CEP:17525-900 – Marília, São Paulo\Brasil- UNESP- Universidade Estadual Paulista.